RESISTÊNCIA MAPUCHE

TRECHOS DO LIVRO WENÜY – POR LA MEMORIA REBELDE DE SANTIAGO MALDONADO

RESISTÊNCIA MAPUCHE

TRECHOS DO LIVRO WENÜY – POR LA MEMORIA REBELDE DE SANTIAGO MALDONADO

EDIÇÕES INSURRECTAS
2019

textos retirados da compilação *wenüy – por la memoria rebelde de santiago maldonado*, publicado por lazo ediciones, 2018. disponível em lazoediciones.blogspot.com

tradução:
edições insurrectas

disponível em
edicoesinsurrectas.noblogs.org

incitamos à pirataria,
odiamos a propriedade!

APRESENTAÇÃO

1 de agosto de 2017. Um grupo de *encapuchados* trava uma estrada na região patagônica de Chubut em repúdio à repressão dos Estados argentino e chileno contra o povo mapuche, mais especificamente contra a prisão de Facundo Jones Huala. A Gendarmeria[1] argentina ataca o grupo com tiros e pedras e o persegue. Alguns *encapuchados* tentam escapar pelas águas geladas do rio Chubut, mas um deles é capturado, agredido e *desaparecido.* Era Santiago Maldonado.

Durante mais de 2 meses, constou como *desaparecido* e a sua foto estampou jornais em diversas partes do planeta junto com a pergunta: *onde está Santiago?*

Após 77 dias de seu *desaparecimento* forçado, seu corpo foi encontrado às margens do rio Chubut, jogado pelos gendarmes que o executaram meses antes e esconderam o seu corpo. Ao contrário do que o Estado argentino tentou argumentar, Santiago não morreu afogado. Ele foi assassinado. Assassinado pelo Estado argentino.

---

1 Principal força de segurança da Argentina. Apesar da polícia argentina não seguir oficialmente uma estrutura militar, como no caso do Brasil, o Estado argentino possui a Gendarmeria, de caráter duplo, ou seja, que atua tanto na "defesa das fronteiras" e do "interesse nacional" frente aos outros países quanto na perseguição ao "inimigo interno" (narcotráfico, grupos e práticas consideradas terroristas, "crime organizado", levantes e insurreições que ataquem a "ordem pública" etc.).

Os textos aqui traduzidos são parte do livro *Wenüy – Por la memoria rebelde de Santiago Maldonado* (2018), publicado em espanhol pela Lazo Ediciones, que reúne uma série de escritos (comunicados, relatos e análises) sobre a luta mapuche e a história do que ficou conhecido como Caso Santiago Maldonado. A publicação integral em espanhol pode ser encontrada na internet.

A decisão de traduzir e publicar trechos do livro em português se deu a partir da percepção de que pouco ou nada se sabe, no território dominado pelo Estado brasileiro, sobre a histórica luta mapuche. Assim como se sabe pouco ou quase nada sobre os acontecimentos que culminaram com o assassinato de Santiago Maldonado pelas mãos do Estado argentino, apoiado pelo Estado chileno e pelas multinacionais (Benetton, petroleiras, hidrelétricas etc.) que buscam dominar o território da Patagônia e atuam em conjunto com os policiais na repressão às comunidades mapuche.

Os textos que foram traduzidos neste zine integram a segunda parte do livro original, intitulada *Puelmapu: violencia capitalista y lucha mapuche*, que relata os acontecimentos recentes da luta de recuperação do território dos mapuche na Patagônia, em ambos os lados da cordilheira, que antecederam o assassinato de Santiago e termina com o relato de uma manifestação que tomou as ruas de Buenos Aires em 1 de setembro, um mês após sua desaparição forçada, quando ainda não se tinha a confirmação oficial da morte do anarquista.

A proposta deste zine é contribuir para a difusão da luta mapuche, rompendo com as fronteiras linguísticas e territoriais, mas sem a pretensão de dar conta de todos os acontecimentos, pois é uma luta que não acabou; está ocorrendo agora, neste exato momento.

A memória rebelde de Santiago e de outros anarquistas caídos durante os enfrentamentos na guerra social se mantém viva na chama de cada barricada, no sangue que corre nas veias de cada um de nós, em cada insurreição. Como dizem alguns anarquistas em várias partes do planeta, “nem um minuto de silêncio, toda uma vida de kombate!”.

PUELMAPU: VIOLÊNCIA CAPITALISTA E LUTA MAPUCHE

Desde os anos 90, diferentes setores do povo mapuche, tanto no lado chileno como no argentino, começaram um processo de levante pela recuperação de terras, a reconstrução de seu povo e sua cultura, enfrentando distintos interesses estatais e empresariais.

Puelmapu – Terra do Leste – chamam os mapuches a parte de seu território que está hoje sob dominação do estado argentino. Gulumapu é o oeste, sob o domínio chileno. As fronteiras políticas dividem administrativamente Wall Mapu – a totalidade do território mapuche em ambos os lados da cordilheira –, mas não na realidade social que atravessa sua população.

Despojados da terra mediante enganos e crueldades, grande parte da população mapuche foi sendo deslocada até as margens das cidades do sul onde a burguesia amassa riquezas baseadas no turismo, nos grandes latifúndios e na exploração energética.

Há poucos anos, do lado argentino, novas e velhas gerações de lutadores mapuches foram acentuando o conflito, sendo o Movimiento Mapuche Autónomo del Puelmapu (MAP) um emergente nesse panorama, o que derivou em uma violenta reação estatal em defesa dos interesses capitalistas que existem ali.

O MAP é um movimento autônomo (independente do Estado, de fundações e das empresas capitalistas e ONGs)

que reúne comunidades, organizações e militantes mapuches em Neuquén, Rio Negro, Chubut, parte da província de Buenos Aires e a Pampa úmida.

A luta consequente dos guerreiros do MAP despertou a simpatia de amplos setores anticapitalistas e revolucionários. Assim como também sacudiu o lento movimento de diversos setores sociais, políticos e sindicais, muitos deles em plena campanha eleitoral durante o ano passado (2018).

A prisão de Facundo Jones Huala, a desaparição e o assassinato de Santiago Maldonado, o assassinato de Rafael Nahuel e a aumento da repressão aos trabalhadores em geral, e aos trabalhadores mapuche em particular, são os últimos sucessos conhecidos da violência que o estado e o Capital impõem na Patagônia "argentina". Contudo, existe um processo de diversas recuperações territoriais com lutas e enfrentamentos, assim como uma repressão constante com desaparições e assassinatos, que geralmente permanecem desconhecidos.

Em mapudungún (o idioma mapuche, *língua da terra*) *mapu* significa terra e *che* gente, pessoa. Um mapuche sem terra não é nada, assim como nenhum ser humano sem terra é. Antes do esmagamento socialdemocrata, "terra e liberdade" era um grito de luta, hoje tristemente reduzido a "pão e trabalho", quando não pior: "direito a comer, direito a trabalhar". Como dizem os companheiros desde o fim do mundo (ou o princípio, depende como se queira ver), *território* não se limita ao ponto geográfico onde nos encontramos, senão ao planeta, ao universo, onde convivemos com o resto da natureza, somos parte dela.

Um companheiro mapuche dizia: "*Seguimos tendo as piores terras e a qualidade do solo é abismalmente diferente em comparação com as grandes fazendas: têm os melhores*

pastos, as melhores vertentes, as nascentes dos rios, os riachos. E esse é um dos motivos pelos quais seguimos vivendo em uma situação de extrema pobreza. Assim, obrigam nossa gente a migrar para as cidades, a viver nos bairros periféricos, com uma qualidade de vida pior da que tinham nos campos, passando a ser mão de obra barata e trabalhando por miséria. Por isso temem essa recuperação: porque questiona o estado das coisas".

A recuperação de terra é parte inseparável dessa busca por vínculos comunitários que volta a se gestar em um tempo e espaço definidos, aqui e agora. Tal é o caso da recuperação territorial na zona de Cushaman (norte de Chubut) ao grupo Benetton[2], sem dúvida a recuperação territorial mais conhecida desse conflito, sobre a que aprofundaremos a seguir.

Os mapuches hoje em luta – que vivem nas cidades ou tentam sair delas -, igual que todos os proletários do mundo, têm sido despossuídos de seus meios de vida. Devem vender sua força e seu tempo em troca de um salário para sobreviver. Sua luta pelo idioma de seus ancestrais, sua espiritualidade e seu modo de se organizar e viver é incompatível com a comunidade do Capital que não tolera nenhuma outra forma de comunidade ao seu lado. Por isso são reprimidos, não simplesmente por serem

---

2 The Argentinian Southern Land Company foi fundada em Londres em 1889 para realizar atividades comerciais na Patagônia. Em 1986 foi beneficiada com a doação de dez fazendas de quase noventa mil hectares cada uma. Em troca de financiar a Campanha do Deserto, obteve terras estratégicas para o desenvolvimento da ferrovia que lhe serviu para exportar a produção de gados. Em 1982 a empresa traduziu seu nome - Compañia de Tierras del Sud Argentino – e integrou sua direção com 60% de diretores argentinos. Esse pacote acionista foi comprado em 1991 pela Benetton por cinquenta milhões de dólares.

mapuche. De fato, outras organizações mapuche negociam com o Estado e inclusive chegam a condenar a violência revolucionária e a luta anticapitalista. Por sua vez, o conflito mapuche se conjuga, necessariamente, com os de outros trabalhadores em luta frente às diversas tentativas de devastação da natureza.

No interior do povo mapuche coexistem posições sumariamente diversas quanto à luta. Em alguns momentos, de conciliação com o Estado e as empresas (busca de plurinacionalidade e cogestão dos Parques Nacionais). Outras vezes, se defendendo do constante assédio capitalista com ações diretas de tipo minoritário e sem vítimas.

Aqui aparece a Resistencia Ancestral Mapuche (RAM), que atualmente é o principal inimigo interno do Estado argentino. A esquerda progressista, em um gesto paternalista e contrarrevolucionário, insiste que esta organização, autora de sabotagens em pequena e grande escala, é uma montagem da imprensa e do governo, não podem aceitar que os oprimidos se defendam com os meios que tem a seu alcance. Sendo que até o companheiro Facundo Jones Huala reconheceu publicamente sua existência em entrevistas nos meios massivos de comunicação e inclusive sua antiga participação a tal agrupamento.

Em um comunicado oficial de 10 de janeiro de 2018, o MAP reconhece a existência da RAM: "*Kiñe* [um]: *a Resistência Ancestral Mapuche existiu, existe e existirá enquanto o Povo Mapuche continuar sendo oprimido pelo estado argentino. Nenhuma resistência foi pacífica porque sempre tivemos que nos defender dos despejos de nossos territórios, da repressão, da morte e da judicialização constante nos últimos 130 anos. A resistência permitiu a*

permanência de nossa cultura, de nossa espiritualidade, de nossa filosofia; quer dizer, de nosso ser Mapuche; graças à ela pudemos sustentar nosso idioma, nossas cerimônias, nosso lawen [medicina natural] *e reconhecer nossas autoridades ancestrais, como também resistem os nomes dos rios, lagos, vulcões, montanhas, árvores, lugares, povos, sobrenomes... Palavras e nomes que foram apropriados pelos empresários para seus empreendimentos turísticos, complexos de cabanas, hotéis, ruas etc. A Resistência em nossos territórios é parte da cotidianidade, deixar os territórios não é uma opção para o Mapuche ainda que esteja em risco a própria vida, risco que nossos antepassados souberam enfrentar e pelos que hoje seguimos vivos*".

Por sua parte, a RAM, em um comunicado recente, manifestou: "*Sustentando assim nossos objetivos Políticos e Filosóficos para a Reconstrução e Liberação de nosso Povo Mapuche com o objetivo da expulsão do latifúndio e das empresas transnacionais. Esclarecendo que somente atacamos propriedades e infraestruturas do capitalismo, sendo consequentes com o legado que nos deixaram nossos Kuifikecheiem* [antepassados] *e enfrentamos a repressão, de acordo ao seu nível de Violência e Terror de Estado. Não somos sionistas, nem somos bancados pelos gringos britânicos, tampouco queimamos bosques nativos, somos comuneros cansados de opressão. Resistência, território, autonomia e liberação. Os weichafes* [guerreiros] *da RAM (Resistência Ancestral Mapuche) vingaremos a Inacayal*".[3]

Para além das siglas que possam utilizar para uma determinada ação, a resistência ancestral mapuche, sem

---

3 Inacayal (1833-1888) resistiu, ao comando de três mil homens, à chamada Conquista do Deserto. Foi um dos últimos a se render e esteve preso na ilha Martín Garcia e logo no Museu de Ciências Naturales de la Plata, onde foi "exibido" até morrer.

maiúscula, se encontra ao longo do território, sobre o leste e oeste. A maior parte das vezes em silêncio e anonimato, até que as forças repressivas fazem saltar pelos ares, quando matam, estupram, incendeiam casas, sequestram pessoas, baleiam ou jogam gases, tentando afogar em sangue as diferentes reivindicações.

Sem se vitimizar, a luta e as recuperações territoriais se estendem de modo permanente. Assumindo os riscos do ataque, conhecendo os interesses e estratégias repressivas e dissuasivas do Capital e seus agentes (igreja, políticos, policiais) mediante a própria experiência.

Uma mensagem de solidariedade, de comunidade e de rebelião contra os opressores emerge permanentemente desses focos de conflito e se constitui, também, como uma voz de alento para os demais explorados, que enfrentamos uma realidade de ajuste e repressão constante.

DOIS MUNDOS OPOSTOS: MAPUCHES VS CAPITALISMO

ESCRITO DO MAP PUBLICADO EM JANEIRO DE 2016[4]

É de suma importância compreender nossa condição política Social e Cultural. Somos empobrecidos, marginalizados, explorados e assimilados. Convertidos em simples mão de obra do invasor ocidental-europeu, seus filhos e netos.

A Reafirmação identitária não pode se separar da Consciência que se adquire após a compreensão da realidade e da necessidade de Transformação dela mesma.

Nos impõem um Mundo Alheio que somente nos produz Mal-estar. O ser Mapuche em sua prática integral entra em profunda contradição com o Capitalismo e se converte em alternativa política. Duas visões de ordem social se fazem públicas e se confrontam, até esgotar o plano da guerra das ideias. É aí onde começa a Materialização delas. Por um lado, a prática cultural não como folclore, mas como forma de vida, e a vitalidade na posse da Terra. É nela onde se

---

4 Disponível junto a outros textos, comunicados, notícias, fotos e vídeos do MAP em www.puelaukache.blogspot.com. Para mais informação atualizada é possível ver a página de Facebook *Red de Apoyo Comunidades en Conflicto – MAP*.

desenvolve a vida do povo como cultura e a cultura como povo, desde a integralidade consequente e o controle da própria vida; e não pelas leis do Mercado e do Estado opressor.

Na atualidade, o ato de auto reconhecimento Mapuche significa se auto reconhecer parte de uma Nação Oprimida, no terceiro mundo. Reconhecer a Opressão nos coloca o desafio de sua superação e as buscas de caminhos liberadores, *"porque ser consciente da Opressão e não atuar contra ela converte o Oprimido em cúmplice de seu Opressor"*.

PU LOF EM RESISTÊNCIA
DEPARTAMENTO DE CUSHAMEN

Em 13 de março de 2015 teve início um "*Processo de Recuperação Territorial Produtiva à multinacional Benetton, no setor Leleque Ranguilhauo – Vuelta del Río"* por parte da Pu Lof[5] em resistência do Departamento Cushamen, Chubut; para "*apoiar a Reconstrução Política-Filosófica da Nação Mapuche*"[6].

Durante esse ano, o conflito do povo mapuche tomou um maior impulso junto a outros setores na província de Neuquén, Chubut e Río Negro. Mas foi o conflito na comunidade de Cushamen o que mais causou alvoroço na

---

5 Lof se refere à comunidade e seu território, à família estendida. Pu é um indicador de plural dos substantivos animados

6 Declaração Pública Pu Lof em Resistencia Cushamen, 13 de março de 2015.

desagradável normalidade disciplinada que é a carne e osso entre os explorados.

Sobre isso, as palavras de uma companheira: *"As recuperações territoriais e as reivindicações culturais e políticas dos mapuche são totalmente contrárias à proposta impositiva do capitalismo e a proposta identitária do Estado argentino, que não tem nada a ver com a cosmovisão mapuche. Não é um 'nada ver' cultural, para simplificar, como se poderia dizer, integracionista ou folclórico. É uma forma de vida comunitária que não tem nada a ver com a aglomeração e abandono que é uma cidade.*

Pu Lof em resistência Cushamen é a comunidade onde se juntam essas definições que estou comentando, tendo recuperado terras que se encontravam nas mãos da companhia benetton, que haviam sido compradas ou roubadas, por assim dizer, de alguma maneira, a todos os antepassados dos integrantes que lá se encontram hoje em dia".

Em Cushamen, o estado, em seu caráter essencial de detentor do monopólio da violência e roubo permanente, busca impedir que as terras sejam ocupadas e recuperadas. Se entende que a terra é para especulações de tipo financeiro antes que para a necessidade de uma comunidade. A recuperação territorial é condenada. Essa condenação, desde a ótica estatal, implica em uma campanha permanente de prevenção (espionagem), contenção (através de organizações reformistas em busca de migalhas) e repressão aos setores que não se ajoelham e lutam. Tentar resistir à violência estatal é um crime imperdoável. Esse crime imperdoável é condenado sob o mote de *terrorismo*.

Tanto é que, desde os inícios da recuperação, em março de 2015, começou o avanço repressivo por parte da polícia

de Chubut. Há pouco mais de um mês se convocou um trawn (encontro), que teve como consequência imediata o início das batidas policiais. Em 18 de abril de 2015 o investigador Oro ordenou um ataque à Pu Lof, em que se reprimiu com armas de fogo. Segundo declarações do investigador, isso foi feito com o objetivo de identificar os integrantes de Pu Lof e iniciar uma investigação por *usurpação* a partir de uma acusação feita pela Benetton

Em 5 de julho de 2015 se formalizou a investigação judicial e se produziu a primeira audiência oral e pública em Esquel. Na audiência, a investigadora Bottini e o investigador Rivarola acusaram Luciana Jaramillo, Nicolás Huenelaf, Vanesa Millañanco, Mirta Curruhuinca e Martiniano Jones Huala de usurpação e outros delitos, como corte de alambrados e destruição de uma placa. Das pessoas acusadas, só se apresentou Martiniano, que vivia em Esquel e havia transportado em sua caminhonete chapas e outros materiais de construção para Pu Lof, ocasião em que foi interceptado pela polícia. O juiz Martín Zacchiano disse que Martiniano não poderia aproximar-se da ocupação por 30 dias. Os outros integrantes da comunidade se apresentaram voluntariamente no início do julgamento, em outubro desse mesmo ano.

Em 2 de julho de 2015 o investigador Rivarola pediu a aplicação da lei antiterrorista contra os mapuche. Voltava a enfatizar que a Recuperação em Cushamen teria vínculos com uma série de atentados "terroristas" (dano à propriedade, ameaças e resistência à autoridade) da RAM, em Chubut e Río Negro.

Em 30 de agosto de 2015, no desenrolar da causa contra os mapuche, o Defensor Público Fernando Radziwilowski descobriu um arquivo digitalizado com nomes, fotos e atividades reais ou supostas de 22 pessoas, que resultaram

na espionagem e fichamento de vizinhos de Esquel, figurando na lista ambientalistas, professores, médicos, advogados, jornalistas e membros da comunidade mapuche. Três meses antes, em 28 de maio, esses arquivos haviam sido entregues por uma agente da Agência Federal de Investigações (AFI) aos fiscais Rivarola, Bottini e Révori, que os haviam utilizado na causa contra os mapuche na tentativa de aplicar a Lei Antiterrorista.

Em 27 de maio de 2016, com a desculpa de buscar uma vaca que a empresa do multimilionário Luciano Benetton (Tierras del Sur S.A.) denunciou que havia sido roubada e abatida pelos integrantes da comunidade, se levou a cabo uma batida conjunta entre a polícia, Gendarmeria e o Grupo Especial de Operações (GEOP), reprimindo com balas de borracha, gases lacrimogêneos e golpes, destruindo e incendiando rukas (casas), tendas e a lenha que os integrantes da comunidade tinham para se esquentar e cozinhar. Nessa operação, sete maiores de idade foram detidos, entre eles o lonko Facundo Jones Huala, quem passou pela situação mais difícil, pois tinha um pedido de captura internacional por parte do Estado chileno. Também foi detido um jovem, liberado em poucas horas. No dia seguinte, os detidos foram soltos, exceto Facundo, que foi transferido à Unidade 14 de Esquel.

Após algumas audiências, nas quais se negou a todo momento a liberdade, o juiz Martin Zacchino, por pedido do investigador Oro (o mesmo investigador que não investiga e dorme no expediente pela desaparição dos Calfullanca, Genaro e seu filho na região de Cholila, na província de Chubut) acusa a Facundo de responsabilidade de liderar a recuperação das terras, de porte de arma de fogo e atitude hostil por estar *encapuchado*. Esses argumentos deram lugar à manutenção da prisão preventiva. Em 15 de agosto,

durante uma nova audiência, se decretou a prisão domiciliar, mas ele foi mantido na unidade 14 de Esquel até resolver o pedido de extradição feito pelo Estado chileno, sob a acusação de um atentado incendiário ao latifúndio Pisu Pisué da comuna Río Bueno, Chile.

Finalmente, em 31 de agosto do mesmo ano, teve início o julgamento pela extradição, e o magistrado federal de Esquel decidiu pela anulação do processo em 1º de setembro. Isso se deve ao fato de o processo estar cheio de irregularidades, como espionagem ilegal e a obtenção de declarações por meio de tortura dos supostos depoentes. Facundo, ao ser liberado após um longo período de luta e resistência, disse as seguintes palavras:

"Quero aproveitar este momento para agradecer, de verdade, a todo o meu povo, ao povo nação mapuche, e a todos os revolucionários e progressistas que ainda vivem nesta sociedade, para que possamos liberar da opressão todo mundo, porque não somente os mapuche temos direito a lutar. Espero que neste momento histórico comece a se repensar em todo o mundo a verdadeira história e a estrutura desta sociedade capitalista e opressora que nos mantém na miséria, que se mantém na base da força de repressão e tortura, por culpa desses *perros* de azul que nos mantém presos e que cuidam dos interesses dos poderosos, dos ricos. Nós, a nação mapuche, vamos lhes dar uma lição histórica e vamos a mudar essa história de opressão que durante 130 anos nos mantém na marginalização.

Assim que, irmãos, muito obrigado. Isso é resultado da mobilização de todas as comunidades de ambos os lados da cordilheira e da gente que solidariamente compreendeu o nível de consciência de nossa nação, o nível de consciência de nossos militantes, de nossos combatentes. Um abraço e

saudações enormes a todos meus peñi (irmãos) e lamien (irmãs) que combatem em ambos os lados da cordilheira! Aos weichafes (guerreiros) que arriscam sua vida todos os dias, e não importa que nos baleiem, não importa que nos ataquem com gases, seguem combatendo pela liberdade! Somos combatentes ancestrais da liberdade pu peñi, pu lamien! Até vencer ou morrer! Marichiweu! [Dez vezes venceremos!]

Estou muito contente, pois isso é o que é o povo; eu sou o resultado do povo, sou o resultado de 300 anos de guerra e 130 anos de opressão do Estado argentino e chileno capitalista, sou o resultado de tanta marginalização, de tanta morte. Isso também é em memória de meu peñi (irmão) assassinado pelo estado chileno há pouco tempo. É em memória dos vizinhos do bairro, os jovens que a polícia matou em Bariloche, nos Barrios del Alto, nesses bairros onde nós crescemos, mortos de fome por conta desses *perros* ricos que sempre nos mantiveram apenas construindo suas casas. É uma homenagem para todos aqueles que lutaram historicamente e seguem lutando. Isso eu faço não apenas em memória de meus combatentes mapuche, de Lautaro, de Calfulcurá e Inacayal, de todos eles; em memória do despejo da comunidade Nahuelpan, é preciso ter justiça, vamos fazer justiça! Também vamos expulsar o turco Yauhar[7]. E aviso a Yauhar! Aviso à Sociedade Rural que isso não vai ficar assim, que vamos

---

7 Norberto Gustavo Yauhar foi Ministro da Agricultura da Nação entre 10 de dezembro de 2011 até 20 de novembro de 2013. Também foi diretor da empresa Hidroelétrica Futaleufú na província de Chubut entre dezembro de 2015 e abril de 2016.

mudar as estruturas desta sociedade, que os combatentes mapuche, os weichafes, estão dispostos, assim como eu, a dar suas vidas pela liberação nacional mapuche! Que já não nos importa as censuras, que já não nos importa as balas, que não nos importa quantas balas nos metam, pois sempre vamos a seguir renascendo e renascente, até voltar a ser a digna nação mapuche!

Vou com os meus para a comunidade. Igualmente hoje queria aproveitar para conversar com meus irmãos, minhas irmãs, de diferentes povos, tanto minha gente mapuche como os não-mapuche, para seguir conversando sobre isso e ver como, entre todos, podemos dobrar a mão de tanta repressão, como entre todos podemos expulsar essas asquerosas mineradoras, petroleiras, hidroelétricas, porque os vamos a expulsar, seja como for, a sangue e fogo se for necessário. Eu sei muito bem, e nesse sentido me cuido, e não me importa que me denunciem e me metam na prisão novamente, em algum momento, seguramente, o confirmará alguma das organizações revolucionárias mapuche, a Resistência Ancestral Mapuche ou alguma de nossas organizações combatentes, ou as comunidades; mas quero dizer que nós mapuches temos sim usado de todas as formas de luta para nos liberar. Então justifico a dignidade de todos aqueles weichafes (guerreiros), que enquanto eu estava na prisão, demonstraram que não necessariamente eu deveria estar envolvido nessas ações, mas que, arriscando a vida, foram e atacaram as estruturas da sociedade capitalista; reivindico isso. E digo a Luciano Benetton que terá de sair de nossa terra, a Lewis, às mineradoras de porcaria que estão aqui, às petroleiras: nós vamos a expulsar com sangue e fogo se for necessário, assim como fizeram com nós, vamos a expulsar, vamos fazer justiça frente a tantos anos de opressão ”.

PROCESSO DE FACUNDO NA REGIÃO CHILENA

Río Bueno é uma comuna chilena da Província del Ranco, na região de Los Ríos, uma das quinze regiões em que se divide a república do Chile. Sua capital é Valdivia e está localizada ao sul do país. Ali se localiza o latifúndio Pisu Pisué, onde foi incendiada a casa dos cuidadores. A Fiscalía (órgão de investigação) de Río Bueno imputou como autores do incêndio Fénix Aquiles Delgado Ahumada, Cristian Ignacio García Quintul e Facundo Jones Huala, enquanto que para Millaray Virginia Huinchalaf Pradines, Álex Daniel Bahamontes Garrido e Tito Lautaro Cañulef Neipán foi imputado a acusação de encobrimento. Segundo a acusação, na noite de 9 de janeiro de 2013, Delgado, García e Jones Huala entraram *encapuchados* na casa dos cuidadores do latifúndio, vestindo roupas escuras e portando armas de fogo, com as quais intimidaram a família e obrigaram a sair do imóvel. Em seguida, jogaram combustível e colocaram fogo. Os seis acusados foram detidos na madrugada de 30 de janeiro. Essa acusação de baseou em uma montagem armada com base em escutas telefônicas e incursões ilegais, provas que foram descartadas pelo tribunal de Río Bueno por serem inconsistentes.

Casualmente, os comuneros e machis acusados estiveram envolvidos na defesa do Río Pilmaiquén, onde se projetava a instalação da Central Hidroelétrica Osorno,

pertencente a Pilmaiquén S.A., que inundaria a região onde existe um cemitério mapuche e um espaço sagrado para as comunidades mapuche williche.

Por sua parte, a machi Millaray Huichalaf explicou: “Sabíamos que isso obedecia à pressões políticas que havia em todo esse julgamento e que era nada mais para amedrontar e dar um sinal às comunidades, para que não se seguisse a proposta política que estamos levando contra essas empresas extrativistas, que colocam preço na nossa vida e na nossa terra”.

Após a queda da montagem policial, foram absolvidos Fénix Delgado, Alex Bahamondes e o machi Tito Cañulef. Porém, a machi Millaray Huichalaf foi condenada, em decisão apertada, como encobridora com base nas provas anteriormente descartadas pelo tribunal. Em janeiro de 2015, após dois anos de investigação, foi ordenado o fim do processo com “pena cumprida” para Millaray.

Facundo Jones Huala e Cristian García Quintul foram considerados fugitivos por não se apresentarem ao tribunal e daí deriva seu pedido de extradição ao estado argentino no momento de sua detenção. Além do delito de incêndio, Facundo está processado no Chile por porte de armas caseiras e infração à lei de estrangeiros, pois ingressou na argentina por um caminho não autorizado.

A REPRESSÃO CONTINUA

Com a liberação de Facundo, foi curto o respiro para a comunidade. No dia 10 de janeiro de 2017, efetivos policiais, Gendarmeria e GEOP irromperam às três da manhã nas terras ancestrais recuperadas, com balas de

borracha, gases e golpes, cortando os acessos da comunidade e isolando a ruka (construção tradicional mapuche) maior, onde mulheres e crianças dormiam. Quase 400 efetivos foram deslocados. A ordem para intervir no território foi ditada pelo juiz Martín Zacchino, com a justificativa de liberar a construção do trem turístico "La Trochita", que atravessa os terrenos. Foram detidos Nicolás Hernández Huala, Arial Garzi e Ricardo Antigual. As forças repressivas aproveitaram os cavalos da comunidade e reprimiram brutalmente os companheiros que resistiram. A consequência foi a detenção de mais sete pessoas.

No dia seguinte, por volta das 20 horas, uma caminhonete da Infantaria estacionou em frente a Pu Lof, alguns soldados desceram e atiraram. Emilio Jones e Fausto Jones Huala foram feridos com gravidade, mas conseguiram fugir cruzando um rio para serem socorridos em um carro e levados a um hospital de Río Negro, dada a perseguição desatada em Chubut. Sete dos detidos foram liberados no dia 13 de janeiro e os outros três só no dia seguinte. O saldo, porém, foi de 24 pessoas processadas sob distintas acusações, tais como "impedir a circulação do transporte ferroviário, resistência à autoridade, lesões, danos agravados e abigeato (furto de animais)".

Em 27 de junho se produz a segunda detenção de Facundo, em Coronel Villegas, sobre a estrada 40, voltando de uma celebração de We Tripantu, ano novo para o povo mapuche. É detido em um "controle de rotina" e levado à Bariloche, para logo ser transportado para a unidade 14 de Esquel. O motivo da detenção foi o mesmo da vez anterior: o pedido de extradição para o Chile.

A prisão é qualificada, pela defesa e por Facundo, como uma perseguição política coordenada entre os governos da Argentina e do Chile. Mandatários de ambos países se

reuniram em junho com uma câmara de 300 empresários para delinear um plano de desenvolvimento econômico que terá, também, um matiz repressivo contra aqueles que resistam. A segunda detenção de Facundo está vinculada a tal reunião. Em ambos os lados da fronteira os governos planejam as repressões futuras.

Após a nova detenção, começam novas mobilizações em toda a região da Comarca, que agrupa Bariloche, Bolsón e Esquel, exigindo a liberdade imediata de Facundo Jones Huala, preso sob o mesmo processo pelo qual já havia sido encarcerado, julgado e colocado em liberdade. A decisão do primeiro julgamento foi inclusive reafirmada pela Corte Suprema de Justiça. Assim, o Estado argentino o manteve encarcerado pela mesma causa, cagando mais uma vez na letra morta da sagrada constituição nacional.

Ao completar um mês, frente à falta de respostas por parte do juiz, é realizada uma manifestação na porta do Juizado Federal de Bariloche. O ato foi reprimido pela Polícia de Segurança Aeroportuária e seis pessoas são detidas. A tarde, mais três pessoas foram detidas.

O DESAPARECIMENTO DE SANTIAGO

Em primeiro de agosto, há um mês da detenção de Facundo, um grupo de companheiros realiza um travamento na estrada 40 no acesso a Lof, exigindo a liberdade do lonko, que foi reprimido pela Gendarmeria, culminando com o desaparecimento de Santiago

Maldonado, que se encontrava em território da comunidade lutando junto aos mapuche.

"Atiravam em nós com 9mm, com escopetas e alguns com pedras. Nossa vida não importava à Gendarmeria. Eles vieram para matar alguém daqui. O companheiro nadou até uma parte e ao ver que as pedras choviam por cima e os tiros não paravam, decidiu voltar para a margem. E aí outro peñi (irmão) viu o companheiro Santiago agarrado em um galho, com a água até os joelhos e os gendarmes em cima. E depois outro peñi (irmão) viu três efetivos da Gendarmeria que estavam golpeando alguém que não dava para reconhecer.

Dalí sai o Unimog (caminhonete utilizado pela Gendarmeria) carregado. Sobe até o cruzamento. E vemos como uma caminhonete branca atravessa junto ao Unimog. Vários gendarmes estendem um pano para que não se veja o que estão fazendo. E a caminhonete branca da Gendarmeria sai para lá, como que rumo a Esquel. Por isso, não há a menor dúvida de que a Gendarmeria o levou".[8]

O desaparecimento de Santiago por parte da Gendarmeria começa a repercutir em toda a região argentina e em diferentes partes do mundo. No que diz respeito a Lof Cushamen, a desaparição foi aproveitada pela Justiça para realizar supostas buscas que não foram mais do que investidas e reconhecimentos do território recuperado. Território que vem sendo duramente defendido pelos mapuche e sobre o que exercem um controle territorial mantendo fora as forças de segurança. A principal vantagem com a que os mapuche contam na luta frente aos repressores é o reconhecimento do território, o que lhes vem possibilitando resistir e escapar da repressão em mais de uma oportunidade. Assim,

---

8 Trecho de uma entrevista concedida por um integrante da comunidade à revista *Crítica* no dia 14 de agosto de 2017.

decidiram ceder e permitir que se realizassem as buscas, e inclusive se declararam como testemunhas no processo pelo desaparecimento, como foi o caso de Matías Santana.

Em 18 de setembro, a Gendarmeria realizou uma nova entrada violenta na comunidade, golpeando e hostilizando quem se encontrava lá naquele momento. A megaoperação, com mais de 370 efetivos, cachorros, helicópteros, drones e ônibus, abarcou todo o território da comunidade, assim como o rio Chubut de cima abaixo, cobrindo também a área onde um mês mais tarde seria colocado o corpo de Santiago.

Incluiu também uma batida nas vivendas das famílias mapuche que habitavam a comunidade, a detenção de uma de suas integrantes em sua casa e a identificação obrigatória de todos seus membros mediante suas impressões digitais. Dentro das vivendas mapuche as forças de segurança sequestraram telefones celulares, uma mochila com o argumento de que poderia pertencer a Santiago Maldonado e outros objetos. O juiz não permitiu que os familiares de Santiago estivessem presentes, nem sua advogada, nem os organismos de direitos humanos ou sociais que são parte da luta. A operação foi questionada pelos reclamantes e pelas organizações de direitos humanos, devido ao caráter violento contra a comunidade mapuche e a atitude parcial do juiz. Matías Santana denunciou que o juiz ordenou manter os habitantes da comunidade amarrados durante toda a operação, sendo alvos de maus-tratos, golpes e ameaças. Nessa oportunidade, Sergio Maldonado criticou o juiz por impedir a presença dos familiares e declarou: “Meu medo é que tirem o meu irmão dali”.

A total desconfiança pelo Estado e pela Justiça por parte dos mapuche não responde a nenhum tipo de

princípio ideológico, mas por à sua própria história como povo e suas experiências de lutas mais recentes. Mais uma vez, os fatos lhes deram razão. Poderia haver ocorrido, como em outros casos, que o Estado decidisse sacrificar a alguns de seus sicários para sua própria preservação, processando e prendendo alguns dos gendarmes que levaram Santiago, mas, frente à magnitude que tomou o caso, o Estado decidiu ir com tudo.

Com a pressão midiática, o juiz Guido Otranto foi tirado da investigação e substituído por Gustavo Lleral. Na terça-feira, 17 de outubro, enquanto se realizava uma nova busca a pedido do novo juiz, um corpo sem calor nem pulso foi plantado no rio Chubut, em um lugar visitado diariamente pelos companheiros da comunidade de Cushamen para buscar água. Depois de 77 dias da desaparição de Santiago, isso não pode significar outra coisa por parte do Estado do que a atitude mafiosa de jogar o corpo no quintal. A partir dali a investigação começa a tomar outro rumo e se acusa aos mapuches de entorpecimento e falso testemunho.

CRÔNICA E REFLEXÕES SOBRE OS DISTÚRBIOS DE PRIMEIRO DE SETEMBRO

TEXTO DIFUNDIDO EM *A SOLIDARIEDADE E A REBELDIA NÃO DESAPARECEM*, SETEMBRO DE 2017

Parecia mais uma marcha (por seu andamento, não pelo seu conteúdo, a raiva pela desaparição de Santiago só aumenta), a típica e folclóríssima manifestação na Plaza de

Mayo na qual todo o leque de esquerda e variadas oposições aderem e peregrinam com suas enormes bandeiras e suas centenas de militantes, com festival de música no encerramento. Havia também pessoas que participavam individualmente para expressar o rechaço com a política do governo atual.

Durante o dia ocorreram coisas interessantes como o ataque à Gendarmedia e as palavras ditas ao microfone pelo irmão de Santiago. Ambos gestos cheios de amor e sinceridade.

Com o cair da noite, somente ficou um punhado de pessoas dispersas pela praça e seus arredores. Um pequeno número em relação à multidão que havia enchido as ruas uma hora antes. Nesse momento, começou o que seria noticiado por todos os lados no dia seguinte.

Não foram poucas as pessoas que decidiram enfrentar a polícia. Vários corações e vontades rebeldes que demonstravam não ter medo e que não recuariam. Foram montadas barricadas improvisadas e se respondeu com pedras e garrafas, deixando explicito o rechaço às forças da ordem e, também, quem são os responsáveis pelas sistemáticas mortes e desaparições. A agitação durou desde a Plaza de Mayo até o Congresso, queimando tudo o que se podia. O número de manifestantes foi diminuindo, enquanto o efetivo policial foi aumentando. No meio, a Avenida de Mayo era um cenário de desordem. Um alvoroço descontrolado, sem líderes, sem bandeiras, sem hierarquias, nesse momento éramos todos companheiros. O saldo foi de 31 detidos que seriam liberados na segunda-feira pela manhã e inúmeros feridos por balas de borracha. Entre as pessoas detidas, havia algumas delas que eram militantes da imprensa independente. As acusações: intimidação pública, atentado e resistência à autoridade.

Os registros em imagens que foram difundidos publicamente mostram explicitamente como a polícia atuou. Com violência, naturalmente. Não poderíamos esperar menos. A polícia é um monstro sem coração nem ética, somente obedece. Reprime por igual a jornalistas, estudantes, aposentados, trabalhadores, mapuches, crianças, pessoas em situação de rua.

Como bem disse um companheiro nesse mesmo dia: *o ódio é mútuo*. Lamentavelmente, em geral, estamos sempre em desvantagem, eles atiram balas e nós, pedras.

Obviamente, essa crítica ao sistema de dominação foi puramente simbólica; o Estado não se destrói somente incendiando contêineres de lixo. Mas é parte da aventura iconoclasta atacar símbolos que representam aquilo que nos oprime.

A soma de dinheiro que ao dia seguinte se lamentava sobre os destroços, que tampouco foram tantos, já está amparada nos altíssimos impostos que se pagam, portanto, as imagens na imprensa das pichações que adornaram o cabildo[9] durante toda a jornada são uma desculpa a mais para apelar à consciência das mentes mais vulneráveis que se importam mais com um edifício de merda do que com a vida de pessoas de uma comunidade indígena.

Nunca nos condicionados com "o que dirão", mas assim como nos vimos obrigados a nos defender com pedras da polícia, também vemos a necessidade de esquivar das balada da imprensa, e se embora não seja necessário descrever a raiva que sentimos ao ter um companheiro desaparecido, podemos, ao menos, dizer que a violência que ocasionalmente se exerce nas ruas não tem comparação com a qual o estado nos trata.

---

9 Edifício histórico da época da colônia, localizado na Plaza de Mayo, em Buenos Aires.

OS DISTÚRBIOS/ *"A mobilização ocorreu com tranquilidade. Logo depois da dispersão, um grupo reduzido de pessoas começou com os excessos..."*. A imprensa, com seu discurso de sempre, com sua intenção policialesca de separar e apontar os revoltosos. Da mesma forma, descreveram o enfrentamento com a polícia produzido logo após o ato no Congresso umas semanas atrás. Anormais e violentos que atentam contra a normalidade e contra a paz.

Não enaltecemos a violência, fazer isso seria ser cúmplice deste mundo, que é, por si só, violento. Porém, acreditamos que muitas vezes a mobilização pacífica não resolve nada e o poder ri de nossa cara. Um sistema que cotidianamente nos faz passar fome, nos reprime, nos aprisiona ou nos desaparece, merece ser criticado e atacado com todos os nossos recursos. As escassas conquistas que os explorados conseguiram ao largo da história foram através da luta na rua, praticando por igual a solidariedade e a ação direta. É dessa forma como se deve seguir reivindicando a Santiago, não com palavras de ordem vazias nas redes sociais ou convertendo seu rosto em um slogan digerível para as massas. Se bem, como dissemos, nossa proposta deve esgotar todos nossos recursos, em momentos, concretos, o enfrentamento direto com o poder e com as instituições é uma parte indissociável da luta.

OS INFILTRADOS/ O fogo que iluminou as ruas portenhas essa noite não foi de nenhuma maneira iniciado pelos serviços de inteligência. Em muitas notícias que denunciam a brutalidade policial, existem, a nosso parecer, duas teorias que se contrapõem: *os incidentes foram orquestrados por grupos de infiltrados* e, por outro lado, *a polícia começou a reprimir sem nenhum motivo*. Como

dissemos, a agitação começou quando algumas pessoas que não se conformaram com a manifestação legalmente permitida começaram a chutar as grades. O que sim, é verdade, é que entre o fogo e as pedras havia elementos da polícia, infiltrados entre os revoltosos para, no momento adequado, deter pessoas. Vimos com nossos próprios olhos um agente encoberto virar um container de lixo. É necessário explicitar que, ainda que seja muito comum a prática dos serviços de inteligência de criar situações determinadas para justificar a caça às bruxas, não é menos recorrente que a acusação dos setores mais moderados e reformistas sobre aqueles que se revoltam, com o objetivo de deles se distanciar.

O INIMIGO INTERNO/ Inteligentemente, muitas vezes o mecanismo repressivo do Estado aprendeu a criar um inimigo interno, uma ameaça organizada que atenta contra a paz social e a ordem democrática. Nós já expusemos isso em várias ocasiões e sobram exemplos que demonstram. Um processo de demonização e estigmatização dos protagonistas de uma luta, que é promovido sobretudo pelos meios de comunicação, tem por finalidade calar a fundo o imaginário social, isolando as minorias dissidentes e silenciando as suas reivindicações. Esse trabalho é levado a cabo pelos mercenários da imprensa (neste caso pontual leia-se Lanata, Feinman, Longobardi etc.). O fascista Joseph Goebbels, chefe da campanha de Hitler, dizia que uma mentira repetida adequadamente mil vezes pode se converter em uma verdade. Assim é como agem os meios.

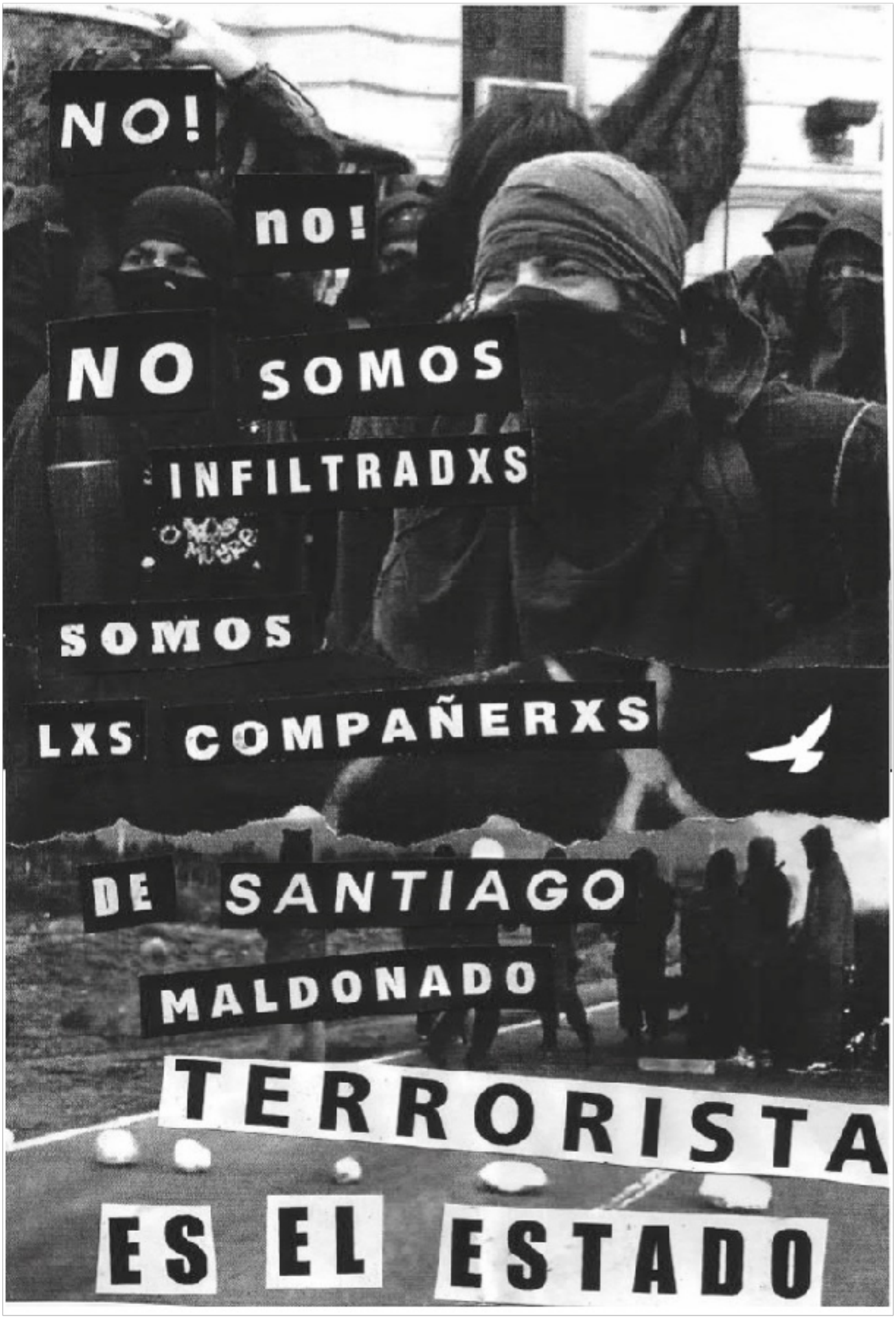
Sem vontade de tomar distância, nós que escrevemos este texto, explicamos que não somos mapuches, reivindicar-nos como tal seria quase uma farsa e uma falta de respeito. Lamentavelmente somos filhxs do mundo ocidental e nossa identidade como seres foi forjada pelo

asqueroso capitalismo e pelo consumo. Contudo, nos solidarizamos com qualquer luta que consideramos válida e genuína, seja esta para defender um território ou uma identidade. Quer dizer, por lutar pela liberdade e contra a dominação, o que neste momento estão fazendo as pessoas de Cushamen.

Não somos a RAM, tampouco conhecemos a fundo seu programa. Mas os meios estão obstinados em apontar uma aliança entre mapuches, anarquistas e kirchneristas (?). Nós lutamos contra o Estado e o capitalismo e tomamos a causa mapuche como nossa.

Para concluir, saudamos os distúrbios da noite de 1 de setembro, a um mês do sequestro de Santiago. Reivindicamos a violência sem siglas nem bandeiras. Essa violência que é irrecuperável para os interesses do Estado. Por nosso companheiro e por todxs xs demais, A LUTA CONTINUA.

ANARQUISTAS DE TODAS AS PARTES.


NO!
no!
NO SOMOS
INFILTRADXS
SOMOS
LXS COMPAÑERXS
DE SANTIAGO
MALDONADO
TERRORISTA
ES EL ESTADO

EDIÇÕES INSURRECTAS
2019